

CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

04/01/64 //////////////// 166

L E I N° 815

Dispõe sobre um empréstimo de R\$ 68 000 000,00 (sessenta e oito milhões de cruzeiros) a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

Antônio Nunes de Moraes Junior, Prefeito Municipal faz saber que a Câmara Municipal de Jacareí decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contraer com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, um empréstimo até a importância de R\$ 68 000 000,00 (sessenta e oito milhões de cruzeiros) destinada ao serviço de esgotos sanitários da sede do Município, de acordo com os estudos e projetos elaborados sob a orientação técnica do Departamento de Obras Sanitárias, da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado.

Artigo 2º - Fica expressamente autorizada a inclusão no contrato que fôr celebrado, de todas as cláusulas e condições adotadas em operações dessa natureza e, de modo especial, as seguintes:

- a) - prazo máximo de 15 (quinze) anos, com resgate em prestações mensais de juros e amortização pela Tabela Price, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias após a entrega da última parcela de empréstimo;
- b) - juros de 11% (onze por cento) ao ano, contados desde o recebimento da primeira parcela de empréstimo, sujeitos à majoração de 1% na falta de pagamento, nos prazos estipulados das prestações de juros e amortização de empréstimo, vigorando e aumentando durante o período de atraso;
- c) - garantia das rendas provenientes das taxas dos serviços de esgotos sanitários e das demais rendas do Município, inclusive o excesso de arrecadação devida pelo Estado, nos termos do artigo 67 da Constituição do Estado de São Paulo, 50% (cinquenta por cento) da quota de que trata o artigo 15, § 4º, da Constituição Federal, e as quotas de imposto de consumo a serem entregues pela União;
- d) - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito, para atender às despesas de execução judicial, no caso de inadimplemento do contrato por qualquer das partes;

- segue-

LEI N° 815 - Páginas II

Artigo 3º - As leis orçamentárias consignarão verbas especiais para o pagamento de juros e amortização do financiamento, que será custeado com as rendas das próprias serviços e subsidiariamente com as demais rendas municipais.

Artigo 4º - Para o efeito de garantia mencionada na alínea "c", parte inicial, do artigo 2º, serão fixados acréscimos de taxas mensais que passarão a ser arrecadadas desde que os serviços sejam sujeitos, à disposição dos beneficiários e periódicamente ajustadas às necessidades de custeio e conservação, mediante estudo econômico e financeiro. A Prefeitura Municipal deporá na Agência local da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em conta aberta em nome do beneficiário, o produto total da taxa de esgotos sanitários em cada exercício, à medida que fôr sendo arrecadada, liberando-se o que excede aos encargos financeiros contratuais de cada exercício, creditando a Caixa os juros normais sobre os saldos eventualmente existentes e apurados mês a mês; a credora é autorizada a transferir da referida conta as importâncias necessárias para satisfação das prestações mensais de juros e de amortização de capital e juros, no dia imediato ao dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único - As taxas médias mensais remuneratórias de serviço de esgotos sanitários, cobrada com base nas leis municipais vigentes, deverá ser regulamentada, por decreto, pelo Poder Executivo, no máximo até que o serviço seja posto em funcionamento, sendo acrescida de R\$ 118,95 (cento e dezoito cruzeiros e noventa e cinco centavos) por ligação domiciliar.

Artigo 5º - Para cumprimento e efetivação da garantia de que trata a alínea "c", partes média e final, do artigo 2º, fica a Prefeitura Municipal autorizada a transferir a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em caráter irreversível e exclusivo, os poderes necessários para o recebimento da contribuição da quota de que trata o artigo 15, § 4º da Constituição Federal, e para o recebimento das quotas de imposto de consumo atribuídas pela União, devendo a Caixa entregar ao Município o total das quotas que receber, ou o saldo respeitivo, na hipótese de atraso no pagamento das prestações de empréstimo.

Artigo 6º) Fica igualmente a Prefeitura Municipal autorizada a contratar a execução das obras, observadas as condições que forem estipuladas na escritura de concessão de empréstimo.

Parágrafo único) O contrato respectivo obedecerá à minuta adotada para os serviços dessa natureza, e as obras serão executadas sob a direção técnica e fiscalização do Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado, em regime que melhor consulte os interesses do Município, obedecendo às especificações constantes do orçamento já elaborado.